



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



## **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO nº0076/2026**

O MUNICÍPIO DE IMBÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 90.256.652/0001-84, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal, torna públicos a todos interessados que encontra-se aberta licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, segundo o que dispõe a Lei nº 14.133, de 2021, Decreto nº 4157/2023 e pelas regras e condições estabelecidas neste Edital, com realização da sessão pública no dia 22/09/2026, às 08:31, o pregão eletrônico será realizado pelo sistema de compra eletrônica site [www.pregaoonlinebanrisul.com.br](http://www.pregaoonlinebanrisul.com.br) ou [www.pregaobanrisul.com.br](http://www.pregaobanrisul.com.br), quando estará encerrado o prazo para recebimento, o edital estará disponibilizado no site da Prefeitura Municipal de Imbé [www.imbe.rs.gov.br](http://www.imbe.rs.gov.br) ou por e-mail [licitacao@imbe.rs.gov.br](mailto:licitacao@imbe.rs.gov.br).

**Início de recebimento de Propostas: 08/09/2026 – 08:00 h**

**Limite para recebimento de Propostas: 22/09/2026 – 08:30 h**

**Abertura das Propostas: 22/09/2026 – 08:31 h**

**Início da Sessão de Disputa: 22/09/2026 – 08:31 h**

**TEMPO DE DISPUTA:** a critério do pregoeiro, acrescido do tempo aleatório, determinado pelo sistema.

**TEMPO PARA ANEXAR PROPOSTA FINAL:** o participante que obtiver a melhor proposta, terá até 120 minutos, para anexar a proposta atualizada e no sistema, junto ao valor proposto adequando, o valor unitário (até duas casas após a vírgula) ao total final, após a finalização das disputas de todos os lotes, sob pena de desclassificação da proposta tendo qualquer erro junto ao fechamento da proposta pelo pregoeiro.

**TEMPO PARA ANEXAR A HABILITAÇÃO:** a empresa vencedora terá 120 minutos para anexar em local devidamente adequado no sistema os documentos de habilitações, esse tempo será aberto após o Pregoeiro aceitar a proposta final devidamente adequada e anexada no sistema. Documentos de habilitações anexados junto a proposta não serão aceitos.

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** para todas as referências de tempo será considerado o horário oficial de Brasília - DF.

A (s) licitante (s) deverá (ão) observar a data e os horários limites previstos para a abertura das propostas, atentando também para a data e o horário para início da disputa.

**Caberá à licitante acompanhar todas as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.**

### **1 – DO OBJETO**

1.1. Constitui objeto da presente licitação para Registro de preços para futura e eventual contratação para fornecimento de equipamentos de segurança destinados ao sistema de videomonitoramento veicular, bem como contratação dos respectivos serviços de instalação nos ônibus escolares do Município de Imbé.

### **2 – CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

2.1. Estar cadastrado no Portal de Compras Eletrônicos ([www.celic.rs.gov.br](http://www.celic.rs.gov.br) ou [www.pregaoonlinebanrisul.com.br](http://www.pregaoonlinebanrisul.com.br)).

2.2. A presente licitação NÃO se destina exclusivamente a Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, mas sim a todas as empresas que atenderem as condições exigidas neste edital até a data marcada de início da sessão.

2.3. Não poderá participar desta licitação, empresa enquadrada em qualquer das seguintes hipóteses:

a) que, direta ou indiretamente, mantenha sociedade ou participação com servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, considerada participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



- b) que não atenda as condições estabelecidas neste instrumento convocatório ou não apresente documentos nele exigidos;
  - c) cujo ramo de atividade não seja compatível com o objeto desta licitação;
  - d) que se encontre sob falência, dissolução ou liquidação;
  - e) que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, na esfera Federal, estadual ou Municipal.
- 2.4. É vedada a participação sob a forma de consórcio.
- 2.5. É vedada a subcontratação.
- 2.6. É permitida a participação de empresas estrangeiras desde que apresente decreto de autorização para funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir e, ainda, atenda as exigências de habilitação mediante documentos equivalentes, emitidos pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado, devendo ter representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.
- 2.7. É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação de:
- a) pessoa física;
  - b) empresa em regime de subcontratação;
  - c) empresa que possua restrições quanto a capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal ou, ainda, empresas estrangeiras que não funcionem no Brasil;
  - d) empresa que esteja sob concordata ou falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
  - e) empresa que esteja, por qualquer motivo, punida com suspensão do direito de licitar ou contratar com esta Administração, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município.
- 2.8. A omissão da empresa licitante no que se refere a qualquer irregularidade, ensejará sanções e penalidades legais aplicáveis.
- 2.9. Os documentos apresentados nesta licitação deverão:
- a) conter número de CNPJ da licitante que está participando do certame, o qual deverá ser o mesmo constante das notas fiscais referentes a execução do futuro contrato, indicação indispensável para efeito de empenho da despesa e realização do pagamento;
  - b) estar redigidos em língua portuguesa.

### **3 – CREDENCIAMENTO**

- 3.1. O credenciamento dos licitantes dar-se-á pelas atribuições de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível para acesso ao sistema obtidos junto à Seção de Cadastro da Central de Licitações do Estado – CELIC ([www.celic.rs.gov.br](http://www.celic.rs.gov.br) ou [www.pregaoonlinebanrisul.com.br](http://www.pregaoonlinebanrisul.com.br)).
- 3.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 3.2.1. Caso não tenha registro cadastral o licitante deverá encaminhar ao órgão credenciados os documentos arrolados no artigo 18 e incisos I à V e parágrafo único do Decreto Municipal nº 4157/2023.
- 3.3. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a PROCERGS, a CELIC ou ao Município, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 3.4. A perda da senha ou quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente à Seção de Cadastro da CELIC, para imediato bloqueio de acesso.

### **4 – PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

- 4.1. Será considerada microempresa ou empresa de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, na forma prevista na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Federal Complementar 147/2014.
- 4.2. As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, deverão estar cadastradas no sistema PREGÃO ONLINE do BANRISUL como ME ou EPP para fazerem jus aos benefícios previstos na Lei Complementar 123/2006, alterada pela Lei Federal Complementar 147/2014.
- 4.3. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



4.4. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito da contratação e não como condição para participação na licitação (Artigo 4º do Decreto no. 8.538/2015).

4.5. Caso ocorra alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Órgão Gerenciador, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.

4.6. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Nº. 14.133/21, sendo facultado a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

4.7. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

4.8. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço, conforme §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar Nº 123/06.

4.9. Para efeito do disposto no item anterior e no Art. 44 da Lei Complementar Nº 123 de 14 de dezembro de 2006, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

4.10. Proposta inferior àquela considerada vencedora do certame no prazo máximo e improrrogável de 5 (cinco) minutos após o encerramento da fase de lances e, em ocorrendo o envio do lance, será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

4.11. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma prevista no subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar Nº 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

4.12. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do Art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, será realizado sorteio entre elas (sistema do BANRISUL) para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

4.13. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no caput do Art. 45 da Lei Complementar Nº 123/2006, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

4.14. O disposto no Art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

## **5 – DA PROPOSTA**

5.1. As propostas deverão ser registradas pelo MENOR VALOR TOTAL POR LOTE.

5.2. Caso o licitante não ofereça seus produtos de acordo com o previsto neste subitem, poderá o Pregoeiro solicitar informações adicionais via chat e caso não obtenha resposta satisfatória, a proposta será desclassificada.

5.3. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir proposta anteriormente apresentada.

5.4. O Pregoeiro analisará as especificações e o preço ofertado e avaliará a conformidade das propostas com as especificações deste edital, caso constatare qualquer irregularidade, promoverá a exclusão da proposta.

5.5. Independente de declaração, a simples apresentação de proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste edital e em seus anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste edital.

5.6. As propostas que não atenderem às exigências do presente edital e seus anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades serão desclassificadas.

5.7. A validade da proposta deverá ser de 60 dias.

5.8. Amostra: O licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, terá o prazo de 7 (sete) dias úteis para apresentar 2 (duas) amostras de cada produto e juntamente entregar as fichas técnicas e catálogos do fabricante. Conforme o item 1.2 e 4.1.8 do Termo de Referência

## **6 – DA DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES**

6.1. A partir das 08:31h dia 22/09/2026 em conformidade com o item 5.1 deste Edital, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico nº 0076/2026, com a divulgação dos valores das propostas recebidas e início da etapa de lances.

6.2. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio eletrônico.

6.3. O DECRÉSCIMO MÍNIMO DO LANCE PODERÁ SER DEFINIDO PELO PREGOEIRO.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



- 6.4. Os licitantes poderão ofertar lances sucessivos, observado as suas regras de aceitação.
- 6.5. Assim como nas propostas, os lances serão ofertados com MENOR VALOR TOTAL POR LOTE.
- 6.6. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último ofertado e registrado.
- 6.7. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes.
- 6.8. Após o fechamento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como, decidir sobre sua aceitação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital.
- 6.9. Após o início do certame não cabe desistência ou pedido de alteração dos lances/propostas. Para todos os efeitos, propostas e lances são de exclusiva e total responsabilidade do licitante. Para fins de aplicação das penalidades previstas neste edital, o lance é considerado proposta.

## **7 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO**

- 7.1. Encerrada a etapa de lances e da aceitação das propostas, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação.
- 7.2. Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de MENOR VALOR TOTAL POR LOTE.
- 7.3. É vedada qualquer indexação de preços por índices gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos.
- 7.4. Os preços propostos e levados em consideração para efeitos de julgamento serão, de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo, neste caso, o direito, de depois de encerrada a fase de lances, pleitear qualquer alteração.
- 7.5. No julgamento da habilitação e da proposta o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância da proposta, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.6. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes neste edital.
- 7.7. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-a com os valores de referência, decidindo motivadamente a respeito.
- 7.8. A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarada vencedora a licitante que ofertar o MENOR VALOR TOTAL POR LOTE, desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as especificações deste Edital e seja compatível com o preço de mercado.
- 7.9. Serão desclassificadas as propostas que:
- a) não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
  - b) forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas.
  - c) afrontem qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que apresentam preços manifestamente inexequíveis. Observação: Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no Edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se no que não for conflitante com o instrumento convocatório.
- 7.10. Encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.
- 7.11. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no Edital.
- 7.12. Encerrada a cessão de lances, será verificada a ocorrência de empate ficto, nos itens não exclusivos à ME ou EPP, previsto no art. 44, parágrafo 1º da Lei Complementar 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, propostas que sejam superiores até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.
- 7.13. Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:
- a) a Microempresa, Empresa de Pequeno Porte detentora da proposta de menor valor será convocada a apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que se dará declarada vencedora do certame.
  - b) se a Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais Microempresas, Empresas de Pequeno Porte remanescentes, que enquadrarem na hipótese do item 7.12 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea a deste item.
- 7.14. Se nenhuma Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, satisfizer as exigências do item 7.1 deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originalmente de menor valor.
- 7.15. O disposto nos itens 7.12 a 7.14, deste edital, não se aplica as hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por Microempresa, Empresa de Pequeno Porte.
- 7.16. O art. 36, III, §1º do Decreto Municipal 4157/2023, estipula como critério de desempate o desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho,



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



mediante apresentação do SELO Em frente MULHER de que trata a Lei Estadual nº 15.916 de 23 de dezembro de 2022.

## **8 – DA HABILITAÇÃO**

8.1. A documentação de habilitação será solicitada para o vencedor do lote após o pregoeiro aceitar a proposta, será aberto no sistema um prazo de 120 minutos para anexar a documentação de habilitação, devendo conter os seguintes documentos:

- a) Quanto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- b) Certidão de tributos federais expedida pela Secretaria da Receita Federal e débitos previdenciários (INSS);
- c) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral (CNPJ);
- d) Quanto a Fazenda Municipal: Certidão Negativa de débito para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante abrangendo todos os tributos administrados pelo Município;
- e) quanto a Fazenda Estadual: Certidão Negativa de débito para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;
- f) quanto ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição: declaração do licitante sob as penas da lei conforme ANEXO II;
- g) declaração de idoneidade, conforme ANEXO IV;
- h) certidão Negativa de Falência e Concordata ou recuperação judicial, emitida pelo distribuidor do foro da sede da licitante, com data não anterior a 120 (cento e vinte) dias antes da data de apresentação dos documentos de habilitação;
- i) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei Federal nº 5.452, de 1 de maio de 1943;
- j) ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato social em vigor, devidamente registrado; tratando-se de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, deverá ser apresentada e inclusa, cópia da ata de eleição e do termo posse do estatuto, se houver, da diretoria administrativa;
- k) prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal (alvará de localização e funcionamento), relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- l) a empresa que enquadrar-se como beneficiária da Lei Complementar 123/2006, apresentar cópia do enquadramento de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP emitido pela Junta Comercial ou Cartório de Registros Especiais.
- m) Atestado de Capacidade Técnica, Para o item de fornecimento dos equipamentos, o licitante deverá apresentar atestado de capacidade técnica que comprove fornecimento de equipamentos de videomonitoramento veicular ou solução similar de segurança eletrônica.
- n) Atestado de Capacidade Técnica, Para o item de instalação, o licitante deverá apresentar atestado de capacidade técnica que comprove experiência na execução de serviços compatíveis com instalação de sistemas de segurança eletrônica, videomonitoramento embarcado ou solução similar.
- o) Os equipamentos eletrônicos fornecidos deverão ser homologados pela ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações), por ser garantia de um produto testado, seguro e que funciona corretamente no Brasil.
- p) Cópia do documento de identidade do sócio.

\* Demais documentos conforme termo de referência em anexo

## **9 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, DO RECURSO, DA HOMOLOGAÇÃO E DO PREGÃO ELETRÔNICO**

9.1. Até três (03) dias antes da data fixada, para recebimento das propostas, qualquer pessoa física ou jurídica poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão eletrônico.

9.2. No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias para apresentação de razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.3. A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

9.4. Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informados à autoridade superior.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



9.5. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.6. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento e determinará a convocação dos beneficiários para a assinatura do contrato.

9.7. Será registrado o menor preço total.

**10 – DO PRAZO DE VALIDADE E DO CANCELAMENTO  
DA ATA DE REGISTRO**

10.1. O prazo de validade do presente na ata de registro de preço terá validade de doze (12) meses e pode ser prorrogado por mais doze (12) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser aditada as quantidades ou passara a vigorar como contrato se devidamente justificado, e mediante autorização da autoridade superior, nos termos do art. 84 caput e parágrafo único da Lei 14.133/21.

10.2. O cancelamento da ata de registro ou do contrato ocorrerá nas hipóteses e condições estabelecidas neste Edital, nos casos de inexecução parcial ou total do contrato, conforme disposições da Lei Federal nº 14.133/21 e/ou nas condições abaixo:

- a) recusar-se a entregar o objeto adjudicado, no todo ou em parte fora do prazo preestabelecido neste Edital;
- b) incorrer em atraso decorrente de defasagem da entrega do qualquer item adjudicado, em relação ao cronograma em vigor, ocorrido em qualquer de suas etapas relativas ao recebimento do produto;
- c) falir ou dissolver-se; ou
- d) transferir, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes deste Contrato.

**11– DAS CONTRATAÇÕES**

11.1. Os fornecedores de bens incluídos na ata de registro de preços estarão obrigados a retirar as Notas de Empenhos que poderão advir, nas condições estabelecidas no ato convocatório, nos respectivos anexos e na própria Ata.

11.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

11.3. Para instruir a formalização da Nota de Empenho, o fornecedor do bem deverá providenciar e encaminhar ao órgão contratante, no prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data da convocação, certidões negativas de débitos para com a seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), sob pena de a contratação não se concretizar.

11.4. Com fundamento do Decreto Municipal 3.810/2020, estão indicados no item do Termo de Referência do Anexo 1, o Gestor do Contrato e Fiscal do Contrato.

11.5. Após a homologação o licitante vencedor será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços ou assinar o Contrato Administrativo sob pena de decair o direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal 14.133/21 e art. 65 do Decreto Municipal 4157/2023.

**12 – DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO**

12.1. O licitante adjudicatário, após homologação do processo e confecção a ata de registro de preço será convocado para, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da sua ciência, pelo Responsável da ata de registro, para assinatura, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas.

**13 – DA ENTREGA E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**13.1. O objeto da presente licitação deve ser entregue contendo as exigências e no prazo estipulado no Termo de Referência no Anexo I desse Edital.**

13.2. O pagamento do objeto da presente licitação será efetuado em trinta (30) dias, após entrega dos itens, respeitando a ordem cronológica de pagamentos nos termos do Decreto Municipal nº 3.837, de 11/02/2021.

13.3. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta em decorrência da avaliação da mercadoria entregue, até que sejam corrigidas as falhas que porventura forem constatadas.

**14 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1. Os recursos necessários para a execução da presente contratação estão previstas na dotação Orçamentária do pedido nº 862/2026.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



| ITEM | CÓDIGO | DESCRIÇÃO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | RUBRICA                                                        |
|------|--------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------|
| 1    | 42030  | Contratação de Serviço Especializado de Instalação e Configuração de Sistema de Videomonitoramento Veicular em Ônibus Escolares. Possui especificações técnicas.                                                                                                                                                                            | 3.3.90.39.19.00.00.00 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS   |
| 2    | 42031  | Gravador de vídeo digital desenvolvido especificamente para uso embarcado em veículos, contendo módulo 4G/LTE, Wi-Fi e GPS/GNSS interno, com software para controle, operação e visualização de imagens de frota. Possui especificações técnicas.                                                                                           | 4.4.90.52.35.00.00.00 – EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS |
| 3    | 42038  | Câmera Veicular HD/Full HD Antivibração com Áudio e Conector Aviation. Possui especificações técnicas.                                                                                                                                                                                                                                      | 4.4.90.52.35.00.00.00 – EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS |
| 4    | 42039  | Câmera Veicular Full HD Antivibração com Visão Noturna (IR) e Conector Aviation. Possui especificações técnicas.                                                                                                                                                                                                                            | 4.4.90.52.35.00.00.00 – EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS |
| 5    | 42032  | Cabo Extensor Tipo Aviation 4 Vias (tamanho mínimo de 3 Metros). Cabo extensor blindado com conectores tipo aviation de 4 pinos (vias), desenvolvido especificamente para a instalação de sistemas de videomonitoramento em veículos. Possui especificações técnicas.                                                                       | 3.3.90.30.26.00.00.00 – MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO         |
| 6    | 42033  | Cabo Extensor Tipo Aviation 4 Vias (tamanho mínimo de 7 Metros). Cabo extensor blindado com conectores tipo aviation de 4 pinos (vias), desenvolvido especificamente para a instalação de sistemas de videomonitoramento em veículos. Possui especificações técnicas.                                                                       | 3.3.90.30.26.00.00.00 – MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO         |
| 7    | 42034  | Cabo Extensor Tipo Aviation 4 Vias (tamanho mínimo de 10 Metros). Cabo extensor blindado com conectores tipo aviation de 4 pinos (vias), desenvolvido especificamente para a instalação de sistemas de videomonitoramento em veículos. Possui especificações técnicas.                                                                      | 3.3.90.30.26.00.00.00 – MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO         |
| 8    | 42035  | Cartão de Memória SDXC 256GB Alta Durabilidade (Uso Veicular). Cartão de memória em formato SD projetado especificamente para armazenamento seguro e robusto em gravadores de videomonitoramento veiculares (DVR), suportando alta taxa de ciclos de gravação contínua e variações extremas de temperatura. Possui especificações técnicas. | 3.3.90.30.17.00.00.00 – MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS     |

## **15 – DAS PENALIDADES**

15.1. Conforme o art. 155 da Lei 14.133/2021: a recusa do adjudicatário em assinar o instrumento contratual assinalado no subitem sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total que lhe foi adjudicado.

15.2. O inadimplemento total ou parcial do objeto sujeitará a contratada à multa de 20% (vinte por cento) aplicável sobre a parcela inadimplida.

15.3. O não-cumprimento de obrigação acessória sujeitará a contratada à multa de 5% (cinco por cento) do valor total da obrigação.

15.4. Na forma disposta no artigo 178, da Lei 14.133/2021 que remete as penalidades do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940.

15.5. No licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, **pelo prazo de 03 anos de acordo com o artigo 155, II à VII e art. 156, § 4º da Lei 14.133/2021 e de 03 à 06 (seis) anos conforme art. 155 VIII à XII e art. 156 § 5º da Lei 14.133/2021**, fica impedido de licitar e contratar com o Município, e ser descredenciado do sistema de Registro Cadastral, nos casos de:

- a) ausência de entrega de documentação exigida para habilitação;
- b) apresentação de documentação falsa para participação no certame;
- c) retardamento da execução do certame, por conduta reprovável do licitante;
- d) não-manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação;
- e) comportamento inidôneo;
- f) cometimento de fraude fiscal;
- g) fraudar a execução do Contrato;
- h) falhar na execução do Contrato.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



15.6. Na aplicação das penalidades previstas neste contrato, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou contratada, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 178, "caput", da Lei nº 14.133/21.

15.7. As penalidades serão registradas no cadastro da contratada.

## **16 – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

16.1. A adesão a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada pela Secretaria de Transporte na condição de Órgão Gerencial e pelas demais Unidades Administrativas, ambas da Prefeitura Municipal de Imbé, na condição de Órgãos Participantes, e por qualquer outro órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador do processo, desde que devidamente comprovada a vantagem.

**16.2. As contratações decorrentes da utilização da Ata de Registro de Preços, de que trata deste subitem, ou seja, das adesões, não poderão exceder, por órgão ou entidade interessada a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens constantes no instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preço por órgão gerenciador e órgãos participantes na forma que estabelece o Decreto Federal nº11.462/2023.**

16.3. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado, na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentes do número de órgãos não participantes que aderirem.

16.4. Para as microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007 o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor pelo aderente, somando os valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil) (Acórdão TCU nº 2957/2011-P).

## **17 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

17.1. As dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do Edital, deverão ser dirigidas, por e-mail, ao Departamento de Licitações e Contratos, mediante requerimento das empresas interessadas, com antecedência mínima de **03** (três) dias da data marcada para a abertura do certame.

**17.2. Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente Pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Departamento de Licitações e Contratos, bem como disponibilizados eletronicamente nos portais oficiais.**

17.3. Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar em sua documentação o endereço eletrônico com o endereço e telefone.

17.4. O Município de Imbé se reserva no direito de conforme suas necessidades, **adquirir ou não o total estimado** do objeto descrito neste Edital;

17.5. Integram o presente Edital os seguintes anexos:

- a) Anexo I – Descrições Técnicas e Quantitativos Estimados - Modelo da Proposta, Termo de Referência;
- b) Anexo II – Modelo de Declaração de que não emprega menor.
- c) Anexo III – Minuta da Ata de Registro de Preço e da Minuta do Contrato;
- d) Anexo IV – Declaração de inexistência de fato impeditivo;

17.7. Fica eleito o Foro da Comarca de Tramandaí/RS, para dirimir questões oriundas desta licitação.

17.8. Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Licitações e Contratos deste Município, no endereço mencionado anteriormente, no horário das 08:00 às 11:30hs e das 13:30 às 17h30, ou pelos telefones (51) 3627-8200/8201, e-mail [licitacao@imbe.rs.gov.br](mailto:licitacao@imbe.rs.gov.br).

Imbé, 04 de setembro de 2026.

**Luis Henrique Vedovato**  
Prefeito Municipal de Imbé



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



**ANEXO I**  
**MODELO PROPOSTA E DESCRIÇÃO PREGÃO Nº \_\_\_\_/2026**

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do objeto do Pregão nº \_\_\_\_/2026, acatando todas as estipulações consignadas no Edital, conforme abaixo:

Razão Social:

Endereço:

CNPJ:

Telefone/Fax:

Contato:

Garantia:

Prazo e forma de entrega: Conforme Edital

Validade da Proposta: 60 dias

Município:

Estado:

Inscrição Estadual:

E-mail:

| LOTE                | ITEM | DESCRIÇÃO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | QUANT. | UNIDADE | MARCA / MODELO | PREÇO UNITÁRIO R\$ | PREÇO TOTAL R\$ |
|---------------------|------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|---------|----------------|--------------------|-----------------|
| 1                   | 1    | CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO DE INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DE SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO VEICULAR EM ÔNIBUS ESCOLARES. POSSUI ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.                                                                                                                                                                            | 50     | UNIDADE |                |                    |                 |
|                     | 2    | GRAVADOR DE VÍDEO DIGITAL DESENVOLVIDO ESPECIFICAMENTE PARA USO EMBARCADO EM VEÍCULOS, CONTENDO MÓDULO 4G/LTE, WI-FI E GPS/GNSS INTERNO, COM SOFTWARE PARA CONTROLE, OPERAÇÃO E VISUALIZAÇÃO DE IMAGENS DE FROTA. POSSUI ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.                                                                                           | 50     | UNIDADE |                |                    |                 |
|                     | 3    | CÂMERA VEICULAR HD/FULL HD ANTIVIBRAÇÃO COM ÁUDIO E CONECTOR AVIATION. POSSUI ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.                                                                                                                                                                                                                                      | 50     | UNIDADE |                |                    |                 |
|                     | 4    | CÂMERA VEICULAR FULL HD ANTIVIBRAÇÃO COM VISÃO NOTURNA (IR) E CONECTOR AVIATION. POSSUI ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.                                                                                                                                                                                                                            | 150    | UNIDADE |                |                    |                 |
|                     | 5    | CABO EXTENSOR TIPO AVIATION 4 VIAS (TAMANHO MÍNIMO DE 3 METROS). CABO EXTENSOR BLINDADO COM CONECTORES TIPO AVIATION DE 4 PINOS (VIAS), DESENVOLVIDO ESPECIFICAMENTE PARA A INSTALAÇÃO DE SISTEMAS DE VIDEOMONITORAMENTO EM VEÍCULOS. POSSUI ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.                                                                       | 100    | UNIDADE |                |                    |                 |
|                     | 6    | CABO EXTENSOR TIPO AVIATION 4 VIAS (TAMANHO MÍNIMO DE 7 METROS). CABO EXTENSOR BLINDADO COM CONECTORES TIPO AVIATION DE 4 PINOS (VIAS), DESENVOLVIDO ESPECIFICAMENTE PARA A INSTALAÇÃO DE SISTEMAS DE VIDEOMONITORAMENTO EM VEÍCULOS. POSSUI ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.                                                                       | 100    | UNIDADE |                |                    |                 |
|                     | 7    | CABO EXTENSOR TIPO AVIATION 4 VIAS (TAMANHO MÍNIMO DE 10 METROS). CABO EXTENSOR BLINDADO COM CONECTORES TIPO AVIATION DE 4 PINOS (VIAS), DESENVOLVIDO ESPECIFICAMENTE PARA A INSTALAÇÃO DE SISTEMAS DE VIDEOMONITORAMENTO EM VEÍCULOS. POSSUI ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.                                                                      | 50     | UNIDADE |                |                    |                 |
|                     | 8    | CARTÃO DE MEMÓRIA SDXC 256GB ALTA DURABILIDADE (USO VEICULAR). CARTÃO DE MEMÓRIA EM FORMATO SD PROJETADO ESPECIFICAMENTE PARA ARMAZENAMENTO SEGURO E ROBUSTO EM GRAVADORES DE VIDEOMONITORAMENTO VEICULARES (DVR), SUPORTANDO ALTA TAXA DE CICLOS DE GRAVAÇÃO CONTÍNUA E VARIAÇÕES EXTREMAS DE TEMPERATURA. POSSUI ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS. | 50     | UNIDADE |                |                    |                 |
| VALOR TOTAL DO LOTE |      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |        |         |                |                    |                 |

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Data, assinatura e carimbo do proponente



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. **DEFINIÇÃO DO OBJETO:** Futura e eventual contratação para fornecimento de equipamentos de segurança destinados ao sistema de videomonitoramento veicular, bem como contratação dos respectivos serviços de instalação nos ônibus escolares do Município de Imbé.

| Lote | Item | Unidade | Descrição Serviço/produto                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | Estimativa |
|------|------|---------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 1    | 1    | Unidade | Contratação de Serviço Especializado de Instalação e Configuração de Sistema de Videomonitoramento Veicular em Ônibus Escolares. Possui especificações técnicas.                                                                                                                                                                            | 50         |
|      | 2    | Unidade | Gravador de vídeo digital desenvolvido especificamente para uso embarcado em veículos, contendo módulo 4G/LTE, Wi-Fi e GPS/GNSS interno, com software para controle, operação e visualização de imagens de frota. Possui especificações técnicas.                                                                                           | 50         |
|      | 3    | Unidade | Câmera Veicular HD/Full HD Antivibração com Áudio e Conector Aviation. Possui especificações técnicas.                                                                                                                                                                                                                                      | 50         |
|      | 4    | Unidade | Câmera Veicular Full HD Antivibração com Visão Noturna (IR) e Conector Aviation. Possui especificações técnicas.                                                                                                                                                                                                                            | 150        |
|      | 5    | Unidade | Cabo Extensor Tipo Aviation 4 Vias (tamanho mínimo de 3 Metros). Cabo extensor blindado com conectores tipo aviation de 4 pinos (vias), desenvolvido especificamente para a instalação de sistemas de videomonitoramento em veículos. Possui especificações técnicas.                                                                       | 100        |
|      | 6    | Unidade | Cabo Extensor Tipo Aviation 4 Vias (tamanho mínimo de 7 Metros). Cabo extensor blindado com conectores tipo aviation de 4 pinos (vias), desenvolvido especificamente para a instalação de sistemas de videomonitoramento em veículos. Possui especificações técnicas.                                                                       | 100        |
|      | 7    | Unidade | Cabo Extensor Tipo Aviation 4 Vias (tamanho mínimo de 10 Metros). Cabo extensor blindado com conectores tipo aviation de 4 pinos (vias), desenvolvido especificamente para a instalação de sistemas de videomonitoramento em veículos. Possui especificações técnicas.                                                                      | 50         |
|      | 8    | Unidade | Cartão de Memória SDXC 256GB Alta Durabilidade (Uso Veicular). Cartão de memória em formato SD projetado especificamente para armazenamento seguro e robusto em gravadores de videomonitoramento veiculares (DVR), suportando alta taxa de ciclos de gravação contínua e variações extremas de temperatura. Possui especificações técnicas. | 50         |



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



**2. JUSTIFICATIVA**

2.1. **JUSTIFICATIVA:** A necessidade foi identificada para ampliar a segurança dos alunos transportados, dos motoristas e do patrimônio público, bem como fortalecer mecanismos de controle, rastreabilidade e transparência no transporte escolar. A ausência de sistema de videomonitoramento embarcado limita a apuração de ocorrências, reduz mecanismos preventivos de segurança e dificulta o acompanhamento da operação dos veículos. A solução proposta busca modernizar a gestão do transporte escolar, promovendo maior eficiência administrativa e segurança operacional.

2.2. **QUANTITATIVO:** A demanda foi identificada a partir de levantamento interno realizado junto às Secretarias Municipais quanto à necessidade de implementação de sistema de videomonitoramento na frota oficial. O Município possui veículos distribuídos entre diversas Secretarias, sendo estimado quantitativo inicial conforme a frota atualmente ativa de 32 veículos, e previsão de ampliação ou substituição futura.

**3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO - Descrição da solução como um todo:**

3.1. **CONDIÇÕES DO OBJETO:** Aquisição eventual e futura de equipamentos de segurança e mão de obra para solução de videomonitoramento veicular. Especificações técnicas detalhadas em anexo.

**3.4. PARCELAMENTO:**

3.3.1. A contratação referente ao fornecimento de equipamentos e serviços especializados de instalação será processada em lote único, com julgamento por menor valor global, não se configurando parcelamento do objeto principal.

3.3.2. Essa abordagem visa garantir a uniformidade da solução, a integridade técnica e a responsabilidade exclusiva pelo correto funcionamento da solução. O fornecimento e a implantação integrados evitam riscos de incompatibilidade, falhas de instalação ou conflitos de garantia entre diferentes fornecedores.

3.3.3. Um único fornecedor responsável por toda a solução assegura padrão de atendimento e responsabilidade clara por eventuais ajustes ou manutenções corretivas durante a execução do contrato e dentro dos prazos de garantia

3.2. **SUSTENTABILIDADE:** Deverão ser observadas as normas de eficiência energética e priorizada a escolha por equipamentos ecologicamente corretos. A empresa contratada ficará obrigada a efetuar o recolhimento adequado e a destinação final ambientalmente correta de eventuais resíduos e do lixo tecnológico originário da instalação/manutenção, em atendimento ao Art. 26 da Lei nº 14.133/2021.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



**3.3. PRAZO DO CONTRATO:**

3.3.1. O Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.3.2. No caso de prorrogação da vigência do Registro de Preços, poderá ser aplicado como índice de correção monetária o IPCA, com base na data do orçamento, desde que garantida a manutenção da vantajosidade econômica para a Administração Pública. A aplicação do índice de reajustamento deverá ocorrer apenas quando o mesmo for positivo.

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

**4.1. VISITA/VISTORIA TÉCNICA:**

4.1.1. Será disponibilizada para os licitantes interessados a possibilidade de visita/vistoria técnica prévia para conhecimento e análise da frota municipal.

4.1.2. Caso o licitante se interesse por tal visita, deverá agendá-la diretamente com o Setor de Informática, com a antecedência de, no mínimo, 24 horas.

4.1.3. Salienta-se que essa visita técnica é de caráter facultativo. Em caso de futuras situações de dificuldades no cumprimento do objeto proposto por parte do licitante, não serão aceitas quaisquer justificativas referentes ao cenário/condição/situação da frota municipal.

4.1.4. O prazo para realização da visita técnica iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame licitatório.

4.2. **CERTIFICADOS DE QUALIDADE:** Os equipamentos eletrônicos fornecidos deverão ser homologados pela ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações), por ser garantia de um produto testado, seguro e que funciona corretamente no Brasil.

**4.3. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA:**

4.3.1. Para o item de fornecimento dos equipamentos, o licitante deverá apresentar atestado de capacidade técnica que comprove fornecimento de equipamentos de videomonitoramento veicular ou solução similar de segurança eletrônica.

4.3.2. Para o item de instalação, o licitante deverá apresentar atestado de capacidade técnica que comprove experiência na execução de serviços compatíveis com instalação de sistemas de segurança eletrônica, videomonitoramento embarcado ou solução similar.

**4.4. REQUISITOS TECNOLÓGICOS DE TIC:**

4.4.1. Equipamentos compatíveis com uso embarcado em veículos móveis.

4.4.2. Resistentes a vibração, variações elétricas e condições típicas veiculares.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



4.4.3. Sistema deverá permitir gravação, armazenamento, transmissão e operação adequada conforme especificação técnica.

**5. ROTINA/ETAPAS (MODELO) DE EXECUÇÃO DO OBJETO:**

**5.1. PRAZOS E FORMA DE COMUNICAÇÃO:**

5.1.1. Após a assinatura e emissão da Nota de Empenho correspondente, a Administração realizará as contratações dos itens conforme necessidade e indicará os veículos nos quais os equipamentos deverão ser instalados.

5.1.2. A empresa vencedora deverá entregar os equipamentos e realizar a respectiva instalação em até 45 dias corridos após o recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Serviço.

5.1.3. A instalação será realizada mediante agendamento prévio entre a contratada e o setor responsável pela frota municipal junto ao Setor de Informática.

5.1.4. Após a instalação, a contratada deverá realizar testes operacionais para verificação do correto funcionamento do sistema.

5.1.5. A comunicação entre a Prefeitura Municipal de Imbé e a empresa ocorrerá por intermédio dos Gestores ou Fiscais de Contrato (relacionados no item 7), por meio dos telefones e e-mails abaixo:

Setor de Informática: E-mail [informatica@imbe.rs.gov.br](mailto:informatica@imbe.rs.gov.br), Telefone (51) 3627-8204

Secretaria de Transporte: E-mail [transporte@imbe.rs.gov.br](mailto:transporte@imbe.rs.gov.br), Telefone (51) 3627-8500

5.1.6. A empresa deverá confirmar o recebimento de e-mails, quando contatada por meio deste, bem como manter todos seus dados de contato atualizados junto aos cadastros da Prefeitura Municipal de Imbé, no Departamento de Licitações.

5.2. **LOGÍSTICA/FRETE:** Todas as despesas referentes à logística/entrega/deslocamento serão de responsabilidade da empresa vencedora do respectivo item, sendo vedada a vinculação de qualquer regra como quantidades e/ou valores mínimos para aquisição e entrega (frete CIF).

5.3. **INSTALAÇÃO/MONTAGEM:** Todas as despesas referentes à instalação e montagem serão de responsabilidade da empresa vencedora do respectivo item.

5.4. **LOCAL/HORÁRIO:** A entrega dos equipamentos, bem como a prestação dos serviços de instalação, ocorrerão no local onde a frota de ônibus fica alocada, em endereço a ser indicado no momento do agendamento, dentro do horário administrativo do Município.

5.5. **ACONDICIONAMENTO:** Os equipamentos deverão ser entregues em suas embalagens originais, lacradas e invioladas, garantindo que não sofram danos durante o transporte até o momento da instalação.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



5.6. **REGIME DE EXECUÇÃO:** O regime de execução do objeto será o de empreitada por preço global (Lote Único), abrangendo todos os custos relativos ao fornecimento, instalação física, configuração, testes de funcionamento e garantia dos equipamentos.

5.7. **DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS:** A contratada será responsável pelo fornecimento dos equipamentos especificados, bem como por toda a mão de obra, ferramentas e demais insumos necessários para realizar a correta instalação nos veículos do Município. Após a instalação, deverão ser realizados testes operacionais junto com os fiscais.

5.8. **SUBCONTRATAÇÃO:** Não será admitida a subcontratação e/ou terceirização do objeto.

5.9. **ACOMPANHAMENTO:**

5.9.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução contratual serão realizados por servidores do Setor de Informática e da Prefeitura Municipal de Imbé.

5.9.2. Compete ao Setor de Informática validar as etapas de ativação, funcionamento e recebimento dos manuais, arquivos e códigos de licença, assegurando a conformidade com as especificações contratuais.

5.9.3. Além destes, durante a execução da instalação dos equipamentos, também será disponibilizado um dos fiscais de contrato atuantes na Secretaria Municipal de Transporte para tal acompanhamento.

5.10. **TROCA DE PEÇAS:** Deverão ser substituídos, sem ônus à Administração, todos os equipamentos, peças ou acessórios que apresentarem defeitos de fabricação ou falhas de funcionamento durante o período de vigência da garantia.

5.11. **SUPORTE TÉCNICO/SAC:** A contratada deverá disponibilizar um canal de comunicação exclusivo (telefone e e-mail) para a gestão do contrato e acionamento de suporte técnico e garantia.

5.12. **LIMPEZA:** Ao término dos serviços de instalação em cada veículo, a empresa contratada deverá providenciar a imediata retirada de resíduos (fios, embalagens), ferramentas e outros equipamentos de sua propriedade, deixando o ônibus limpo.

5.13. **GARANTIA:** Garantia mínima de 12 (doze) meses para os equipamentos e para os serviços de instalação, contados a partir do recebimento definitivo, contra defeitos de fabricação e mau funcionamento.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



**6. OBRIGAÇÕES DAS PARTES:**

**6.1. CONTRATADO:** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Instrumento, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

I - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (Art. 137, II, Lei Federal 14.133/2021);

II - Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do objeto, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

III - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

IV - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

V - Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do Art. 48, parágrafo único, Lei Federal 14.133/2021;

VI - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual, Municipal e/ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

VII - Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



VIII - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

IX - Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução/fornecimento do objeto.

X - Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

XI - Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

XII - Manter durante toda a vigência do contrato, se for o caso, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

XIII - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, se for o caso, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (Art. 116 Lei nº 14.133/2021);

XIV - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (Art. 116, parágrafo único Lei nº 14.133/2021);

XV - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

**6.2. CONTRATANTE: São Obrigações do Contratante:**

I - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o objeto e especificações anexas;

II - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

III - Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

IV - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

V - Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Instrumento;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



VI - Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

VII - Cientificar o órgão de representação judicial do Executivo Municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

VIII - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução e/ou entrega do objeto, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

IX - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**6.3 DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD** - As partes deverão cumprir a Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

I - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º da LGPD;

II - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

III - Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

IV - É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**7. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO (Modelo de gestão do contrato):**

7.1. Em atendimento ao caput e § 2º do Art. 4º do Decreto Municipal nº 3.810, de 11 de dezembro de 2020, segue a indicação dos Gestores e Fiscais de Contrato para providências de emissão de Portaria de designação, caso indicado formalização contratual específica.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



| Gestão e Fiscalização |                              |           |
|-----------------------|------------------------------|-----------|
| Designação            | Nome                         | Matrícula |
| Gestor Titular        | Roselma Costa                | 72        |
| Gestor Suplente       | Wilian Junior Vieira Adriano | 17178     |
| Fiscal Contrato       | Andrius Becker Demianczuk    | 13457     |
| Fiscal Contrato       | Guilherme Gomes Teixeira     | 16203     |
| Fiscal Contrato       | Jordano Smolarck dos Santos  | 12815     |
| Fiscal Contrato       | Rodrigo José Pausen          | 16145     |
| Fiscal Contrato       | Evandro da Silva Marques     | 6392      |
| Fiscal Contrato       | João Vitor de Fraga Gomes    | 18754     |

7.2. No recebimento deverão ser adotados os procedimentos relacionados a seguir, devendo no caso de contratações de TIC ser observado, quando for o caso, o disposto no Art. 19 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022. O objeto contratado será recebido de forma provisória e definitiva, conforme prevê o Art. 140 da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 3.810/2020.

7.2.1. **RECEBIMENTO PROVISÓRIO**, por um dos Fiscais de Contrato designado por meio de Portaria específica para fiscalização, para efeito de posterior verificação da conformidade das especificações exigidas, devendo no recebimento provisório o Fiscal de Contrato, entre outros:

7.2.1.1. **CONFERIR OS DADOS BÁSICOS DA NOTA FISCAL/FATURA:** Conferir e somente autorizar a descarga dos produtos se os dados da Prefeitura estiverem corretos (Nome, CNPJ, endereço), se o número e ano da Nota de Empenho constar corretamente na Nota Fiscal/Fatura, e se o(s) produto(s) for(em) da marca estabelecida na Nota de Empenho, sendo proibido a descarga de produtos sem a apresentação/entrega da respectiva Nota Fiscal/Fatura. Caso a marca seja diferente da estabelecida na Nota de Empenho, verificar junto ao Gestor do Contrato se foi feito apostilamento para a troca de marca.

7.2.1.2. **CONFERIR QUANTITATIVAMENTE:** No caso de produtos, conferir se a descrição e a quantidade de volumes entregues estão de acordo com a Nota Fiscal/Fatura, se as embalagens estão em bom estado (sem sinais de quebra, umidade, amassado, entre outros danos) e devidamente acondicionadas.

7.2.1.3. **REGISTRAR EVENTUAL OCORRÊNCIA:** Constatada alguma avaria ou problemas no fornecimento de produtos e/ou serviços, o Fiscal de Contrato responsável pelo recebimento provisório deve escrever ou carimbar no canhoto da Nota Fiscal/Fatura tais situações.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



7.2.1.4. **RELATÓRIO EXECUÇÃO DO SERVIÇO:** Quando a nota fiscal for referente a prestação dos serviços de instalação, a empresa contratada deve apresentar ao fiscal um relatório de execução do serviço, indicando o veículo, material utilizado e prazo de execução, com hora de início e fim dos trabalhos, a fim de aferição correta da execução do serviço.

7.2.2. **RECEBIMENTO DEFINITIVO**, em até 3 (três) dias úteis a contar do ateste provisório por um segundo Fiscal de Contrato, designado por meio de Portaria específica para fiscalização, devendo no recebimento definitivo o Fiscal de Contrato, entre outros:

7.2.2.1. **CONFERIR OS DADOS DA NOTA FISCAL/FATURA:** Conferir no Portal da Nota Fiscal Eletrônica - [www.nfe.fazenda.gov.br](http://www.nfe.fazenda.gov.br) ou diretamente no site do órgão emissor a autenticidade da Nota Fiscal Eletrônica, quando for o caso, e se:

I - A descrição do serviço, valor unitário e valor total estão de acordo com o disposto no Termo de Referência, Edital da licitação e proposta de preço da empresa vencedora;

II - Os dados da Prefeitura Municipal de Imbé e da Nota de Empenho estão corretamente informados na Nota Fiscal/Fatura;

III - A Nota Fiscal/Fatura apresenta rasura, e caso necessário, solicitar a substituição da mesma;

IV - A data de emissão da Nota Fiscal/Fatura é posterior a data de emissão da Nota de Empenho e da autorização do serviço quando for o caso.

7.2.2.2. **CONFERÊNCIA QUALITATIVA:** Conferir se o bem/produto/serviço entregue está de acordo com o pactuado e com a qualidade esperada;

7.2.2.3. **ANALISAR OS RELATÓRIOS:** Analisar os Relatórios emitidos pelo Fiscal de Contrato do recebimento provisório e eventuais documentos, emitindo relatório com as recomendações ao Gestor de Contrato.

7.3. O não atendimento de qualquer condição pactuada impedirá o ateste do recebimento definitivo, devendo neste caso ser formalizado a empresa vencedora as inconformidades encontradas e o prazo para as correções necessárias, que deverão ser feitas sem custos adicionais para a Prefeitura Municipal de Imbé.

7.4. Na hipótese prevista no item 7.3. o prazo de 3 dias úteis para o ateste definitivo será interrompido e a contagem retomada somente após sanadas as pendências, sem prejuízo de aplicação das penalidades cabíveis.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias a contar do recebimento definitivo na Nota Fiscal/Fatura, respeitando a ordem cronológica de pagamentos nos termos do Decreto Municipal nº 3.837, de 11 de fevereiro de 2021.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



8.2. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

8.3. Constatando-se situação de irregularidade da empresa vencedora, será providenciada pelo Gestor de Contrato sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Gestor de Contrato.

8.4. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Gestor de Contrato deverá comunicar formalmente o titular da Secretaria demandante quanto à inadimplência da empresa vencedora, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam providenciados os encaminhamentos necessários com vistas a abertura de Processo Administrativo Especial - PAE.

**9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DO SERVIÇO**

9.1. **NATUREZA DO OBJETO:** A natureza do objeto a ser contratado refere-se a bem e/ou serviço comum nos termos do inciso XIII Art. 6º, da Lei nº 14.133/2021.

9.2. **FORMA E CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** A forma de seleção adotada é a licitação, modalidade **pregão**, conforme inciso I do Art. 28 e o critério de julgamento será pelo menor preço, conforme inciso I do Art. 33 – através de Sistema de Registro de Preço, conforme Art. 82 da Lei Federal 14.133/21.

9.3. **DA PROPOSTA DE PREÇO:**

9.3.1. O prazo de validade da proposta deverá ser de no mínimo 30 (trinta) dias.

9.3.2. Além do modelo de proposta de preços padrão utilizado pelo Departamento, o licitante deverá informar obrigatoriamente a MARCA e o MODELO dos equipamentos ofertados, devendo apresentar catálogos, manuais ou fichas técnicas que comprovem o atendimento de todos os requisitos mínimos exigidos.

**10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1 É parte integrante desse expediente, em anexo, Tabela Consolidada – Pesquisa de Preços com itens, quantitativos e valores obtidos através de pesquisa de mercado/levantamento orçamentário, aos moldes do Art. 23 da NLLC 14.133/2021.

**11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes do objeto deste termo correrão pela(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



| Item | Código | Descrição                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | Rubrica                                                        |
|------|--------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------|
| 1    | 42030  | Contratação de Serviço Especializado de Instalação e Configuração de Sistema de Videomonitoramento Veicular em Ônibus Escolares. Possui especificações técnicas.                                                                                                                                                                            | 3.3.90.39.19.00.00.00 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS   |
| 2    | 42031  | Gravador de vídeo digital desenvolvido especificamente para uso embarcado em veículos, contendo módulo 4G/LTE, Wi-Fi e GPS/GNSS interno, com software para controle, operação e visualização de imagens de frota. Possui especificações técnicas.                                                                                           | 4.4.90.52.35.00.00.00 – EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS |
| 3    | 42038  | Câmera Veicular HD/Full HD Antivibração com Áudio e Conector Aviation. Possui especificações técnicas.                                                                                                                                                                                                                                      | 4.4.90.52.35.00.00.00 – EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS |
| 4    | 42039  | Câmera Veicular Full HD Antivibração com Visão Noturna (IR) e Conector Aviation. Possui especificações técnicas.                                                                                                                                                                                                                            | 4.4.90.52.35.00.00.00 – EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS |
| 5    | 42032  | Cabo Extensor Tipo Aviation 4 Vias (tamanho mínimo de 3 Metros). Cabo extensor blindado com conectores tipo aviation de 4 pinos (vias), desenvolvido especificamente para a instalação de sistemas de videomonitoramento em veículos. Possui especificações técnicas.                                                                       | 3.3.90.30.26.00.00.00 – MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO         |
| 6    | 42033  | Cabo Extensor Tipo Aviation 4 Vias (tamanho mínimo de 7 Metros). Cabo extensor blindado com conectores tipo aviation de 4 pinos (vias), desenvolvido especificamente para a instalação de sistemas de videomonitoramento em veículos. Possui especificações técnicas.                                                                       | 3.3.90.30.26.00.00.00 – MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO         |
| 7    | 42034  | Cabo Extensor Tipo Aviation 4 Vias (tamanho mínimo de 10 Metros). Cabo extensor blindado com conectores tipo aviation de 4 pinos (vias), desenvolvido especificamente para a instalação de sistemas de videomonitoramento em veículos. Possui especificações técnicas.                                                                      | 3.3.90.30.26.00.00.00 – MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO         |
| 8    | 42035  | Cartão de Memória SDXC 256GB Alta Durabilidade (Uso Veicular). Cartão de memória em formato SD projetado especificamente para armazenamento seguro e robusto em gravadores de videomonitoramento veiculares (DVR), suportando alta taxa de ciclos de gravação contínua e variações extremas de temperatura. Possui especificações técnicas. | 3.3.90.30.17.00.00.00 – MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS     |

Imbé, data da assinatura eletrônica.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



**ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS ADICIONAIS:**

**ITEM 01 – Código 42030 - Contratação de Serviço Especializado de Instalação e onfiguração de Sistema de Videomonitoramento Veicular em Ônibus Escolares. Prestação de serviço especializado de instalação física, elétrica e configuração lógica de kits de videomonitoramento veicular embarcado, compreendendo o fornecimento de toda a mão de obra qualificada, ferramentas, insumos e materiais acessórios necessários à perfeita execução e funcionamento dos sistemas na frota da Administração. A execução dos serviços deverá atender, no mínimo, às seguintes diretrizes técnicas:**

**1. ESCOPO DA INSTALAÇÃO FÍSICA E ELÉTRICA:**

1.1. Fixação do Gravador Digital Veicular (DVR) em local seguro, preferencialmente próximo à cabine do motorista ou em compartimento protegido, resguardando o equipamento contra exposição excessiva ao sol, poeira, umidade e acesso não autorizado de passageiros. 1.2. Fixação das Câmeras Veiculares de forma robusta e anti vibração, com posicionamento e angulação estratégica (visão do motorista, visão da porta de embarque e visão geral do salão de passageiros) para evitar pontos cegos.

1.3. Passagem do cabeamento estruturado (cabos extensores tipo aviation) de forma oculta, utilizando as frestas e canaletas originais do painel e do teto do ônibus. Quando não for possível embutir, os cabos deverão ser firmemente fixados e protegidos por eletrodutos, canaletas ou conduítes, sendo expressamente proibido deixar fiações aparentes ou soltas que possam ser alvo de puxões ou atos de vandalismo.

1.4. Realização da ligação elétrica do sistema de forma segura, respeitando o chicote elétrico original do veículo, com a utilização de conectores adequados e garantindo a isolamento correta para prevenir curtos-circuitos ou fuga de carga da bateria do ônibus.

**2. CONFIGURAÇÃO LÓGICA E TESTES OPERACIONAIS:**

2.1. Formatação, inicialização e configuração de gravação cíclica no Cartão de Memória SD. 2.2. Configuração dos parâmetros do DVR, incluindo ajuste de data/hora via GPS, resolução de imagem, taxa de quadros (FPS) e rede/conectividade.

2.3. Calibração e parametrização das ferramentas de Inteligência Artificial do DVR (quando aplicável ao modelo, como detecção de fadiga, uso de celular e risco de colisão).



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



2.4. Ao final da instalação de cada kit, o técnico deverá realizar testes práticos junto ao Fiscal do Contrato, demonstrando o correto armazenamento de vídeo, o funcionamento da visão noturna (IR) das câmeras, a captação de áudio e a extração de backup via porta USB.

**3. MÃO DE OBRA, FERRAMENTAS E INSUMOS ACESSÓRIOS:**

3.1. A contratada deverá fornecer todas as ferramentas (furadeiras, passadores de fio, multímetros, etc.) e EPIs necessários aos seus funcionários.

3.2. É de inteira responsabilidade da contratada, sem ônus adicional para a Administração, o fornecimento e a aplicação de materiais de consumo de menor custo necessários à instalação, tais como: parafusos, buchas, rebites, fita isolante, fita dupla face, fita de alta fusão, abraçadeiras de nylon (enforca-gato), terminais elétricos, canaletas plásticas e silicones de vedação.

**4. GARANTIA DO SERVIÇO:**

4.1. O serviço prestado deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra vícios de execução (como fios que se soltem, câmeras que percam o foco com a trepidação, curtos circuitos na ligação ou desconfigurações lógicas), a contar do recebimento definitivo do veículo instalado.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



**ITEM 2 - Código 42031 - Gravador de vídeo digital desenvolvido especificamente para uso embarcado em veículos, contendo módulo 4G/LTE, Wi-Fi e GPS/GNSS interno, com software para controle, operação e visualização de imagens de frota. O equipamento ofertado deverá atender, no mínimo, às seguintes especificações técnicas:**

**1. SISTEMA E VÍDEO**

- 1.1. Capacidade de gravação e visualização de, no mínimo, 04 (quatro) canais de vídeo analógico/Multi HD (com resolução mínima de 1080p) e 02 (dois) canais de vídeo IP (com resolução de até 5MP).
- 1.2. Suporte aos padrões de compressão de vídeo H.265, H.265+, H.264 e H.264+, visando a otimização do armazenamento.
- 1.3. Sistema operacional embarcado e operação por interface local e interface Web.
- 1.4. Possuir, no mínimo, 1 (uma) saída de vídeo analógica CVBS.

**2. ARMAZENAMENTO E BACKUP**

- 2.1. Possuir no mínimo 02 (dois) slots independentes para Cartão SD, suportando capacidade mínima de até 512GB por slot (totalizando armazenamento mínimo de 1024 GB ou 1TB).
- 2.2. Suportar gravação em modo contínuo ou sistema de redundância.
- 2.3. Suportar extração de dados e backup local via porta USB 2.0.

**3. CONECTIVIDADE E LOCALIZAÇÃO**

- 3.1. Módulo de conexão nativo integrado com suporte a rede de dados móveis 3G/4G (LTE).
- 3.2. Conectividade Wi-Fi dual band (protocolos 802.11b/g/n/ac operando em 2.4GHz e 5GHz).
- 3.3. Módulo GPS/GNSS interno (GPS e GLONASS) integrado para rastreamento de rotas do veículo, geoposicionamento contínuo, detecção de velocidade e sincronização de data/hora.
- 3.4. Interface de rede local contemplando 1 (uma) porta RJ45.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



#### **4. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E SENSORES EMBARCADOS**

4.1. O equipamento deve possuir Inteligência Artificial embarcada (IA) com processamento capaz de realizar funções de detecção avançadas.

4.2. Detecção de Fadiga: O sistema deverá ser capaz de identificar alertas comportamentais do motorista, tais como: olhos fechados, bocejos, distração, uso de celular, ausência do cinto de segurança, bloqueio de câmera (mascaramento) e ausência de motorista.

4.3. Detecção de Colisão: O sistema deverá alertar situações de risco de colisão (distância perigosa) e troca de faixa sem a devida sinalização.

4.4. Acelerômetro Integrado: Possuir giroscópio de série capaz de identificar eventos físicos do veículo, como capotamento, colisão, aceleração e freadas bruscas, além de curvas acentuadas.

#### **5. INTERFACES E ELÉTRICA**

5.1. O sistema deve possuir, no mínimo, 07 (sete) entradas e 02 (duas) saídas de alarme (IO), além de 01 (uma) entrada dedicada para sensor de velocidade analógico.

5.2. Alimentação elétrica direta projetada para sistemas veiculares, suportando faixa de tensão de 6 a 36 VDC.

#### **6. CARACTERÍSTICAS MECÂNICAS, AMBIENTAIS E CERTIFICAÇÕES**

6.1. Gabinete robusto construído em case de Metal (com dimensões aproximadas de 184 x 47 x 150 mm), admitindo-se tolerância de 10% para mais ou para menos nas dimensões físicas.

6.2. Alta resistência a vibrações e temperaturas extremas, garantindo operação em faixa térmica mínima de -30°C até +70°C e umidade de 10% a 90%.

6.3. O equipamento deve possuir certificações de qualidade reconhecidas para uso em veículos e transportes, tais como CE, FCC, E-mark ou EN50155.

#### **7. MODELO DE REFERÊNCIA PARA AVALIAÇÃO:**

7.1. Intelbras MVD 3404 GW ou equipamento de qualidade e desempenho superior.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



**ITEM 03 – Código 42038 - Câmera Veicular HD/Full HD Antivibração com Áudio e Conector Aviation. Câmera de videomonitoramento desenvolvida especificamente para uso embarcado em veículos, contendo microfone embutido para captação de áudio, case metálico robusto e índice de proteção elevado. O equipamento ofertado deverá atender, no mínimo, às seguintes especificações técnicas:**

**1. SENSOR E VÍDEO**

- 1.1. Sensor de imagem com tecnologia CMOS de, no mínimo, 1/2.7" e 2 megapixels.
- 1.2. Resolução de imagem de, no mínimo, 1080p Full HD (1920x1080 pixels).
- 1.3. Lente de tipo fixa com distância focal máxima de 2,8 mm, garantindo ampla abertura.
- 1.4. Ângulo de visão mínimo de 101° na horizontal, 54° na vertical e 119° na diagonal.
- 1.5. Saída de vídeo no padrão AHD (ou tecnologia superior suportada pelo DVR especificado no Item 2).
- 1.6. Compensação de luz de fundo suportando as tecnologias BLC, HLC e DWDR, com balanço de branco e controle de ganho automáticos.

**2. ÁUDIO**

- 2.1. A câmera deverá possuir Microfone integrado/embutido para a captação de áudio interno do veículo, transmitindo o sinal de forma nativa pelo próprio cabo de conexão.

**3. INTERFACES E ELÉTRICA**

- 3.1. Tipo de conector em padrão Aviation, garantindo fixação segura contra solavancos e trepidações constantes.
- 3.2. Alimentação de 12V DC.
- 3.3. Consumo máximo de potência de até 2.3 W.
- 3.4. Possuir proteção antissurto integrada.

**4. CARACTERÍSTICAS MECÂNICAS, AMBIENTAIS E CERTIFICAÇÕES**

- 4.1. Construção do gabinete em case metálico (antivibração), resistente ao uso diário severo em caminhões e ônibus escolares.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



4.2. Alto grau de proteção contra poeira e umidade, atendendo no mínimo à certificação IP67, viabilizando a instalação em locais internos ou externos sujeitos a intempéries.

4.3. Tolerância extrema a variações de temperatura, operando em faixa térmica de -40°C a +60°C e umidade relativa de até 95%.

4.4. Possuir certificações reconhecidas internacionalmente para aplicações em veículos e suportes de transporte, tais como CE, FCC, UL, IP6K9K e EN50155.

4.5. Dimensões máximas aproximadas de 62 mm x 61,7 mm (A x Ø) e peso máximo aproximado de 175 gramas. Admite-se variação tolerável de até 10% para mais ou para menos nas especificações físicas (peso e dimensões).

**5. MODELO DE REFERÊNCIA PARA AVALIAÇÃO:**

5.1. Intelbras VHDM 3100 G3 ou equipamento de qualidade, robustez e desempenho equivalente ou superior.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



**ITEM 04 – Código 42039 - Câmera Veicular Full HD Antivibração com Visão Noturna (IR) e Conector Aviation. Câmera de videomonitoramento desenvolvida especificamente para uso embarcado em veículos, equipada com iluminador de infravermelho para visão noturna, case metálico robusto e índice de proteção elevado. O equipamento ofertado deverá atender, no mínimo, às seguintes especificações técnicas:**

**1. SENSOR E VÍDEO**

- 1.1. Sensor de imagem com tecnologia CMOS de, no mínimo, 1/2.7" e 2 megapixels.
- 1.2. Resolução de imagem de, no mínimo, 1080p Full HD (1920x1080 pixels).
- 1.3. Lente de tipo fixa com distância focal máxima de 2,8 mm, garantindo ampla abertura.
- 1.4. Ângulo de visão mínimo de 101° na horizontal, 54° na vertical e 119° na diagonal.
- 1.5. Saída de vídeo no padrão AHD (ou tecnologia superior suportada pelo DVR especificado no Item 2).
- 1.6. Compensação de luz de fundo suportando as tecnologias BLC, HLC e DWDR, com balanço de branco e controle de ganho automáticos.
- 1.7. Perfil Dia & Noite Automático com filtro de IR (ICR).

**2. VISÃO NOTURNA (INFRAVERMELHO)**

- 2.1. A câmera deverá possuir iluminador infravermelho (LED IR) com alcance mínimo de 20 metros de distância para captação de imagens em escuridão total.
- 2.2. Possuir tecnologia de IR Inteligente, ajustando a intensidade da iluminação para evitar a superexposição do rosto ou objetos próximos à lente.
- 2.3. Comprimento de onda do LED IR de 850 nm.

**3. INTERFACES E ELÉTRICA**

- 3.1. Tipo de conector em padrão Aviation, garantindo fixação segura contra solavancos e trepidações constantes.
  - 3.2. Alimentação de 12V DC.
  - 3.3. Consumo máximo de potência de até 2.3 W (com o IR ligado).
  - 3.4. Possuir proteção antissurto integrada.
- (Nota: Este item de especificação não exige captação de áudio/microfone).



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



**4. CARACTERÍSTICAS MECÂNICAS, AMBIENTAIS E CERTIFICAÇÕES**

4.1. Construção do gabinete em case metálico (antivibração), resistente ao uso diário severo em caminhões e ônibus escolares.

4.2. Alto grau de proteção contra poeira e umidade, atendendo no mínimo à certificação IP67, viabilizando a instalação em locais internos ou externos sujeitos a intempéries.

4.3. Tolerância extrema a variações de temperatura, operando em faixa térmica de -40°C a +60°C e umidade relativa de até 95%.

4.4. Possuir certificações reconhecidas internacionalmente para aplicações em veículos e suportes de transporte, tais como CE, FCC, UL, IP6K9K e EN50155.

4.5. Dimensões máximas aproximadas de 62 mm x 61,7 mm (A x Ø) e peso máximo aproximado de 175 gramas. Admite-se variação tolerável de até 10% para mais ou para menos nas especificações físicas (peso e dimensões).

**5. MODELO DE REFERÊNCIA PARA AVALIAÇÃO:**

5.1. Intelbras VHDM 3105 G3 ou equipamento de qualidade, robustez e desempenho equivalente ou superior.





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



**ITEM 06 – Código 42033 - Cabo Extensor Tipo Aviation 4 Vias (tamanho mínimo de 7 Metros). Cabo extensor blindado com conectores tipo aviation de 4 pinos (vias), desenvolvido especificamente para a instalação de sistemas de videomonitoramento em veículos. O equipamento ofertado deverá atender, no mínimo, às seguintes especificações técnicas:**

**1. CONSTRUÇÃO E MATERIAIS**

- 1.1. Conectores de padrão profissional tipo Aviation de 4 vias (pinos), garantindo travamento seguro para a segurança do produto contra as vibrações do veículo.
- 1.2. Material do conector fabricado em metal e plástico, garantindo alta resistência mecânica.
- 1.3. Material do revestimento externo do cabo em PVC, conferindo durabilidade e flexibilidade para a instalação na estrutura do ônibus.
- 1.4. O cabo deve ser blindado, evitando a influência externa de interferências no sinal de vídeo e áudio.

**2. CARACTERÍSTICAS ELÉTRICAS E TRANSMISSÃO**

- 2.1. O sistema de 4 pinos deve permitir fornecer energia elétrica diretamente para as câmeras, além do tráfego do sinal de vídeo.
- 2.2. O cabo deve possuir suporte para tensão de até 30V.
- 2.3. Resistência do condutor compatível com os padrões de 24AWG ( $>130\Omega/\text{KM}$ ) ou 26AWG ( $>170\Omega/\text{KM}$ ).

**3. DIMENSÕES E TOLERÂNCIAS**

- 3.1. Comprimento nominal do cabo de no mínimo 7 (sete) metros ( $7000 \text{ mm} \pm 100 \text{ mm}$ ).

**4. MODELO DE REFERÊNCIA PARA AVALIAÇÃO:**

- 4.1. Cabo Extensor Aviation 4 Vias Intelbras (7m) ou material de qualidade, acabamento e confiabilidade equivalente ou superior.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



**ITEM 07 – 42034 - Cabo Extensor Tipo Aviation 4 Vias (tamanho mínimo de 10 Metros). Cabo extensor blindado com conectores tipo aviation de 4 pinos (vias), desenvolvido especificamente para a instalação de sistemas de videomonitoramento em veículos. O equipamento ofertado deverá atender, no mínimo, às seguintes especificações técnicas:**

**1. CONSTRUÇÃO E MATERIAIS**

- 1.1. Conectores de padrão profissional tipo Aviation de 4 vias (pinos), garantindo travamento seguro para a segurança do produto contra as vibrações do veículo.
- 1.2. Material do conector fabricado em metal e plástico, garantindo alta resistência mecânica.
- 1.3. Material do revestimento externo do cabo em PVC, conferindo durabilidade e flexibilidade para a instalação na estrutura do ônibus.
- 1.4. O cabo deve ser blindado, evitando a influência externa de interferências no sinal de vídeo e áudio.

**2. CARACTERÍSTICAS ELÉTRICAS E TRANSMISSÃO**

- 2.1. O sistema de 4 pinos deve permitir fornecer energia elétrica diretamente para as câmeras, além do tráfego do sinal de vídeo.
- 2.2. O cabo deve possuir suporte para tensão de até 30V.
- 2.3. Resistência do condutor compatível com os padrões de 24AWG ( $>130\Omega/\text{KM}$ ) ou 26AWG ( $>170\Omega/\text{KM}$ ).

**3. DIMENSÕES E TOLERÂNCIAS**

- 3.1. Comprimento nominal do cabo de no mínimo 10 (dez) metros ( $10000\text{ mm} \pm 100\text{ mm}$ ).

**4. MODELO DE REFERÊNCIA PARA AVALIAÇÃO:**

- 4.1. Cabo Extensor Aviation 4 Vias Intelbras (11m) ou material de qualidade, acabamento e confiabilidade equivalente ou superior.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



**ITEM 08 – Código 42035 - Cartão de Memória SDXC 256GB Alta Durabilidade (Uso Veicular). Cartão de memória em formato SD projetado especificamente para armazenamento seguro e robusto em gravadores de videomonitoramento veiculares (DVR), suportando alta taxa de ciclos de gravação contínua e variações extremas de temperatura. O equipamento ofertado deverá atender, no mínimo, às seguintes especificações técnicas:**

**1. CAPACIDADE E DESEMPENHO DE GRAVAÇÃO**

- 1.1. Capacidade de armazenamento nominal de 256 GB.
- 1.2. Formato de arquivo SDXC com interface de barramento mínima SD3.0.
- 1.3. Classe de velocidade mínima exigida: Classe 10 / UHS-I (UHS-1), garantindo gravação de vídeos em alta resolução (Full HD) sem perda de quadros.
- 1.4. Velocidade mínima de leitura de dados de 100 MB/s.
- 1.5. Velocidade mínima de gravação/escrita de dados de 80 MB/s.

**2. DURABILIDADE E CONFIABILIDADE (USO SEVERO)**

- 2.1. Ciclos de Gravação: Por ser destinado à gravação contínua em CFTV veicular, o cartão deve possuir alta resistência, suportando no mínimo 3.000 ciclos de gravação completos.
- 2.2. Durabilidade Mecânica: Os contatos metálicos devem suportar, no mínimo, 10.000 inserções e remoções no slot do equipamento.
- 2.3. Segurança: Possuir bloqueio físico (trava de segurança lateral) para proteção contra formatação ou gravação acidental.

**3. CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS E FÍSICAS**

- 3.1. Alta resistência térmica, garantindo o funcionamento em temperaturas de operação de - 25 °C até +85 °C, suportando o aquecimento interno do painel dos veículos.
- 3.2. Tensão de alimentação padronizada de 2,7 V a 3,6 V.
- 3.3. Dimensões físicas máximas aproximadas de 32 mm x 24 mm x 2.1 mm e peso máximo aproximado de 2 gramas.
- 3.4. Conforme exigência das Notas Explicativas de ETP do município, admite-se variação tolerável de até 10% para mais ou para menos nas especificações de tamanho e peso, desde que mantenha o padrão de encaixe SD exigido pelo Gravador Veicular (Item 2).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



**4. MODELO DE REFERÊNCIA PARA AVALIAÇÃO:**

4.1. SD CARD 256 GB 3K (Intelbras) ou equipamento de qualidade, robustez (ciclos) e desempenho equivalente ou superior.

**Endereço:** Av. Osório, nº 920 - Centro - Imbé/RS  
**Fone:** (51) 3627.8200 - ramais: 302, 303.  
**E-mail:** [compras@imbe.rs.gov.br](mailto:compras@imbe.rs.gov.br)

ACESSE NOSSO SITE:  
[imbe.rs.gov.br](https://imbe.rs.gov.br)

SIGA NOSSAS REDES SOCIAIS:  
[f](#) [@](#) [t](#) [v](#) [/prefeituraimbe](#)

Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA GONCALVES OLIVEIRA**, Agente Administrativo, em 15/07/2026, 17:18:37

Para conferir a autenticidade do doc. acesse o end. <https://grp.imbe.rs.gov.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela QNWM.VGOQ.VZ4U.AV5S



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



TABELA CONSOLIDADA – PESQUISA DE PREÇO

| LOTE | ITEM | PRODUTO                                                                                                                                                                                                                                                               | UNIDADE | QUANTIDADE | Mediana (Unitário) | Mediana (Total) |
|------|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|------------|--------------------|-----------------|
| 1    | 1    | Contratação de Serviço Especializado de Instalação e Configuração de Sistema de Videomonitoramento Veicular em Ônibus Escolares. Possui especificações técnicas.                                                                                                      | UNIDADE | 50         | R\$ 1.106,38       | R\$ 55.319,00   |
|      | 2    | Gravador de vídeo digital desenvolvido especificamente para uso embarcado em veículos, contendo módulo 4G/LTE, Wi-Fi e GPS/GNSS interno, com software para controle, operação e visualização de imagens de frota. Possui especificações técnicas.                     | UNIDADE | 50         | R\$ 4.360,29       | R\$ 218.014,50  |
|      | 3    | Câmera Veicular HD/Full HD Antivibração com Áudio e Conector Aviation. Possui especificações técnicas.                                                                                                                                                                | UNIDADE | 50         | R\$ 572,50         | R\$ 28.625,00   |
|      | 4    | Câmera Veicular Full HD Antivibração com Visão Noturna (IR) e Conector Aviation. Possui especificações técnicas.                                                                                                                                                      | UNIDADE | 150        | R\$ 572,50         | R\$ 85.875,00   |
|      | 5    | Cabo Extensor Tipo Aviation 4 Vias (tamanho mínimo de 3 Metros). Cabo extensor blindado com conectores tipo aviation de 4 pinos (vias), desenvolvido especificamente para a instalação de sistemas de videomonitoramento em veículos. Possui especificações técnicas. | UNIDADE | 100        | R\$ 101,40         | R\$ 10.140,00   |
|      | 6    | Cabo Extensor Tipo Aviation 4 Vias (tamanho mínimo de 7 Metros). Cabo extensor blindado com conectores tipo aviation de 4 pinos (vias), desenvolvido especificamente para a instalação de sistemas de videomonitoramento em veículos. Possui especificações técnicas. | UNIDADE | 100        | R\$ 153,43         | R\$ 15.343,00   |



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



| LOTE | ITEM | PRODUTO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | UNIDADE | QUANTIDADE | Mediana (Unitário) | Mediana (Total) |
|------|------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|------------|--------------------|-----------------|
|      | 7    | Cabo Extensor Tipo Aviation 4 Vias (tamanho mínimo de 10 Metros).<br>Cabo extensor blindado com conectores tipo aviation de 4 pinos (vias), desenvolvido especificamente para a instalação de sistemas de videomonitoramento em veículos. Possui especificações técnicas.                                                                      | UNIDADE | 50         | R\$ 189,80         | R\$ 9.490,00    |
|      | 8    | Cartão de Memória SDXC 256GB Alta Durabilidade (Uso Veicular).<br>Cartão de memória em formato SD projetado especificamente para armazenamento seguro e robusto em gravadores de videomonitoramento veiculares (DVR), suportando alta taxa de ciclos de gravação contínua e variações extremas de temperatura. Possui especificações técnicas. | UNIDADE | 50         | R\$ 767,45         | R\$ 38.372,50   |

R\$ 461.179,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



**ANEXO II**  
**DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR**

(identificação da empresa) .....,  
inscrito no CNPJ nº ....., por intermédio de seu representante legal o(a)  
Sr(a).....,  
portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº  
....., DECLARA, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei  
nº 14.133, de 01 de abril de 2021, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega  
menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

Data e assinatura



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



**ANEXO III**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
PROCESSO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_ de \_\_\_\_, na sede da Prefeitura Municipal de Imbé, sito a Av. Paraguassú, 1043, Centro de Imbé/RS representada neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr. \_\_\_\_\_ brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF/MF nº \_\_\_\_\_; e do outro lado as empresas a seguir descritas e qualificadas, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e, subsidiariamente, pelo Decreto Municipal 4.157/2023, e alterações posteriores todos representados conforme documento de credenciamento ou procuração inserta nos autos, resolvem registrar os preços, conforme decisão exarada no processo administrativo nº \_\_\_\_\_ e HOMOLOGADA, às fls. \_\_\_\_\_, publicada no Diário Oficial do Estado, edição de \_\_\_\_\_ (fls. \_\_\_\_/\_\_\_\_) e em Jornal de Circulação Estadual, Jornal \_\_\_\_\_ Edição nº \_\_\_\_\_, (fls. \_\_\_\_) referente ao Pregão Eletrônico nº /2026, consoante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES**

1.1. Fornecimento de \_\_\_\_\_, nas quantidades e de acordo com as especificações técnicas previstas no Anexo I e do termo de referência do edital, em doze (12) meses, de acordo com as requisições expedidas pela respectiva Secretaria.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA ENTREGA**

2.1. Os produtos deverão ser entregues \_\_\_\_\_.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS**

3.1. Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços são os constantes da planilha de preços anexa, obedecida a classificação no Pregão Eletrônico nº /2026, especificadas, detalhadamente, na ata de julgamento de preços, constante às fls. \_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_, autorizado por Despacho homologatório do Sr. Prefeito Municipal, datado de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, constantes dos autos.

3.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº /2026 que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

3.3 O preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº /2026, pela empresa constante da presente Ata de Registro de Preços e homologada através do despacho referido no item anterior, conforme Anexo.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

4.1. Os pagamentos serão efetuados, em até 30 dias após a entrega na Secretaria responsável a qual dará recebimento atestando a nota fiscal emitida pela contratada.

**CLÁUSULA QUINTA - DA ADEQUAÇÃO DOS PREÇOS**

5.1. O Pregoeiro poderá, a qualquer tempo, rever os preços registrados, reduzindo-os de conformidade com pesquisa de mercado, para os fins previstos no art. 82, §5º, I da Lei 14.133/21 com as alterações posteriores, ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

5.2 Os preços registrados poderão ser majorados, em decorrência de fato superveniente e de natureza econômica, capaz de comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Contratada, por solicitação motivada da interessada ao Gabinete do Prefeito e mediante análise do Pregoeiro que poderá convocar nova negociação com os participantes do Pregão.

5.3. O pedido deverá ser devidamente justificado e instruído com documentos e planilhas analíticas, que comprovem a sua procedência, tais: como listas de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição, matérias primas ou de outros documentos julgados necessários – que embasaram a oferta de preços por ocasião da classificação e as apuradas no momento do pedido.

**CLÁUSULA SEXTA - DO LOCAL DE ENTREGA E DO PRAZO**

6.1. A entrega do produto será feita \_\_\_\_\_ (cfe. Edital)



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



**CLÁUSULA SÉTIMA - CONTROLE DE QUALIDADE**

7.1 A avaliação da qualidade do produto ora licitado com relação à descrição, características, especificados no Edital será procedida por ocasião da entrega e, sempre que os responsáveis pela execução julgarem necessária, poderão exigir teste ou comprovação técnica através da análise de amostras colhidas pelo órgão fiscalizador.

7.2 Os procedimentos para avaliação do controle de qualidade do(s) produto(s) que fizerem necessários serão efetuadas por laboratório de controle de qualidade devidamente capacitados.

**CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. A presente Ata de Registro de Preços ora firmada entre as empresas referidas no preâmbulo deste instrumento terá validade de doze (12) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

**CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES**

9.1 Pela inexecução total ou parcial de cada contrato de fornecimento representado pela nota de empenho, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções cabíveis sejam administrativas ou penais, em harmonia com o que estabelece o art. 88, §3º, da Lei 14.133/21, fixando uma multa de 30%.

9.2. Desde que tipificadas, às condutas previstas no dispositivo, por que venha a contratada a ser indiciada como responsável, ser-lhe-á concedida ampla defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO**

10.1. O cancelamento do registro de preços ocorrerá nas hipóteses e condições estabelecidas neste Edital, nos casos de inexecução parcial ou total do contrato, conforme disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 4.157/2023 nas condições abaixo:

- a) Recusar-se a entregar o objeto adjudicado, no todo ou em parte fora do prazo preestabelecido neste Edital;
- b) incorrer em atraso decorrente de defasagem da entrega da qualquer item adjudicado, em relação ao cronograma em vigor, ocorrido em qualquer de suas etapas relativas ao recebimento do produto;
- c) falir ou dissolver-se; ou
- d) transferir, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes deste Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

11.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, no todo ou em parte, de pleno direito:

11.1.1. Pela Secretaria solicitante, em despacho fundamentado do seu Secretário.

11.1.2. Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços.

11.1.3. Se o fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua justificativa.

11.1.4. O fornecedor der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de presente Ata de Registro de Preço.

11.1.5. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contato decorrente desta Ata de Registro de Preços.

11.1.6. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

11.1.7 Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas;

11.1.8. No caso de endereços incertos, inacessíveis ou ignorados;

11.2. Pela empresa, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir às exigências preestabelecidas na presente Ata de Registro de Preços. No caso, a solicitação para cancelamento de preços registrados deverá ser formulada com a antecedência 30 (trinta) dias, facultado ao Município à aplicação das penalidades previstas na cláusula nona.

11.3. A comunicação do cancelamento do(s) preços registrado(s), nos casos previstos no item será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntado-se o comprovante ao expediente administrativo que tiver dado origem ao registro de preços.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO TERMO CONTRATUAL**

12.1 As obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas através de Termo



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



Contratual, em estrita observância das disposições da Ata de Registro de Preços e do Edital de Pregão, bem como aos princípios gerais do direito e às normas contempladas em nossa legislação vigente.

12.2. A recusa da adjudicatória em assinar a Ata de Registro de Preços, o Termo Contratual e retirar a nota de Empenho equivalente, caracteriza descumprimento de obrigações, passíveis das sanções previstas no art. 156 e seguintes da Lei 14.133/21 com as alterações posteriores.

12.3. Por força das disposições fixadas na Lei 11.184, de 9 de abril de 1992, por ocasião da formalização da contratação ou da retirada da nota de empenho, a empresa fica obrigada a apresentar Certidão de Inexistência de Débitos (CND), para com o Sistema de Seguridade Social.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1. Esta Ata de Registro de Preços é regida pela lei Federal nº 14.133/21 em sua atual redação, subsidiariamente pelos princípios gerais de direito.

13.2. Os prazos previstos neste contrato serão contados nos termos do art. 55 da Lei Federal 14.133/21 com as alterações posteriores.

13.3. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega Contratual esteja previsto no cronograma ocorra após seu vencimento.

13.4. Quando se tratar de empresa representante comercial caber-lhe-á, a cada entrega, apresentar Nota Fiscal da compra do produto emitida pelo respectivo produtor, fabricante ou seu legítimo representante.

13.5. As partes elegem o foro da Comarca de Tramandaí/RS, como domicílio legal, para qualquer procedimento recorrente do cumprimento do contrato ou de instrumento equivalente.

Por estarem de acordo, assinam a presente Ata.

ANEXO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PROCESSO Nº: \_\_\_\_\_

INTERESSADO: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Assunto: registro de preços de \_\_\_\_\_

Considerando tratar-se de julgamento de licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, tipo menor preço por global, HOMOLOGADO a classificação das empresas conforme abaixo especificadas:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



**MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO**  
Contrato vinculado a \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

Contrato que entre si celebram, de uma da parte o **MUNICÍPIO DE IMBÉ-RS**, como **CONTRATANTE** e, de outra, a empresa \_\_\_\_\_, como **CONTRATADA**, firmado pelo regime jurídico instituído pelo ESTATUTO das LICITAÇÕES e dos CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (Lei Federal n.º 14.133 de 01.04.23).

Aos \_\_\_\_ (\_\_) dias do mês de \_\_\_\_\_ de dois mil e \_\_\_\_ (\_\_\_\_), na cidade de IMBÉ-RS, nas dependências da PREFEITURA MUNICIPAL da referida cidade, sita à Av. Paraguassú n.º 1043, o **CONTRATANTE** \_\_\_\_\_ inscrito no CNPJ sob n.º 90.256.652/0001-84, com sede no mesmo local, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor LUIS HENRIQUE VEDOVATO, brasileiro, casado, contador, inscrito no CPF-MF sob n.º \_\_\_\_\_, carteira de identidade n.º \_\_\_\_\_, expedida pela SSP/RS, e a **CONTRATADA** \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ n.º \_\_\_\_\_, com sede na cidade de \_\_\_\_\_, sito à Rua \_\_\_\_\_, representada neste ato pelo seu proprietário, sr. \_\_\_\_\_ têm justo e acordado, celebrando o Contrato, por força do presente instrumento, de conformidade com as disposições instituídas pelo ESTATUTO mencionado e demais normas que regem a espécie e este integram, às quais as partes sujeitam-se o obrigam-se a cumpri-las, com as cláusulas e condições a seguir declinadas:

**DO OBJETO**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O objeto da presente contratação de empresa para \_

**DO PRAZO DA VIGÊNCIA, EXECUÇÃO/ENTREGA  
E DA FISCALIZAÇÃO**

**CLÁUSULA SEGUNDA** – A contratação terá vigência de \_\_\_\_ (\_\_) meses, a contar da assinatura deste, podendo ainda ser aditado e nos termos do Art. 135, e/ou prorrogado nos termos do Art. 107 da Lei nº 14.133/21, respeitados os limites previstos na legislação;

**CLÁUSULA TERCEIRA** – A execução/entrega do objeto deste deverá ser de até \_\_\_\_\_, contados da data da assinatura do contrato e/ou da liberação \_\_\_\_\_, de acordo com as determinações e necessidades da Secretaria solicitante.

**§ ÚNICO** – O Município de Imbé poderá aditar a presente contratação nas mesmas condições da proposta apresentada pela empresa vencedora, em até vinte e cinco por cento (25%) do valor atualizado do contrato, conforme art. 125 da Lei 14.133/21.

**CLÁUSULA QUARTA** – A fiscalização da execução será exercida por Comissão especialmente designada, como encarregada de acompanhar, fiscalizar e receber os serviços/produtos do objeto do presente contrato.

**DA SUBCONTRATAÇÃO**

**CLÁUSULA QUINTA** – Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**DO PREÇO**

**CLÁUSULA SEXTA** – O CONTRATANTE pagará pelo objeto deste, o valor de **R\$ ...**

**§ ÚNICO** – Durante o período contratual os preços ofertados pela contratada serão irreajustáveis, salvo para manter o equilíbrio econômico-financeiro previsto no art. 124, II, “d”, da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações, desde que apresentados documentos comprobatórios;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



**DO REAJUSTE**

**CLÁUSULA SÉTIMA** – Após o interregno de um ano, havendo prorrogação do contrato, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice do IGPM-FGV, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

§ 1º – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

§ 2º – No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

§ 3º – Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

§ 4º – Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

§ 5º – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**DAS OBRIGAÇÕES**

**CLÁUSULA OITAVA** – São obrigações do CONTRATANTE

I – Receber os serviços/produtos, procedendo-lhe a vistoria necessária e compatível com o objeto deste;

II – Efetuará os pagamentos à CONTRATADA, à vista da Nota Fiscal de consumo, devidamente atestada pelo responsável do Órgão competente;

**CLÁUSULA NONA** – São obrigações da CONTRATADA:

I – Todas despesas referente ao objeto do presente CONTRATO, seguro de acidente, Impostos Federais, Estaduais e Municipais, contribuições previdenciárias, trabalhistas, em fim todos os custos diretos e indiretos necessários ao fiel cumprimento do presente contrato;

II – Executar/Entregar o objeto ora contratado com esmero e dentro da melhor técnica, responsabilizando-se por quaisquer erros, falhas ou imperfeições que porventura ocorram;

III – Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da entrega do objeto deste;

IV – A obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação técnica operacional apresentadas no processo licitatório.

V – Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

VI – Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

VII – Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



## **DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

**CLÁUSULA DÉCIMA** – As partes deverão cumprir a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

**I** – Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

**II** – É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**III** – A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

**IV** – Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**V** – É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

## **DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** – A garantia da aquisição terá um prazo de 12 (doze) meses, a contar da entrega definitiva do serviço, que ocorrerá conforme termo de referência.

**§ ÚNICO** – A garantia deverá compreender quaisquer defeitos e/ou mal funcionamentos que os itens venham apresentar, gerados por falhas, imprevistos na execução do serviço, incluindo-se a substituição de equipamentos e materiais defeituosos, reparos necessários em quaisquer equipamentos e materiais que por ventura sejam necessários.

## **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** – Os recursos necessários para à execução da presente contratação, correrá pela seguinte Dotação Orçamentária: (cfe. Edital)

## **DOS CASOS OMISSOS**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** – Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **DAS ALTERAÇÕES**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

## **DA PUBLICAÇÃO**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** – Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

## **DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** – O pagamento será efetuado em \_\_\_\_\_, de acordo com a entrega/execução do objeto deste, mediante a apresentação de nota fiscal e/ou fatura correspondente, na forma do art. 140, inciso I, alíneas “a” e “b”, da Lei Federal nº 14.133/21, dado o recebimento pela comissão fiscalizadora;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



§ 1º – Em nenhuma hipótese serão antecipados pagamentos;

§ 2º – Ocorrendo atraso na entrega do objeto por culpa exclusiva da contratada será retido, ao final, a título de penalidade por infração contratual, conforme o caso, um percentual entre 01 à 10% (um à dez por cento) do valor total atualizado do contrato;

§ 3º – A empresa contratada se obriga, no momento do pagamento, a apresentar as negativas de INSS e FGTS relativo a Empresa, bem como demais comprovações legais referente a quitação de obrigações previdenciárias;

§ 4º – Ocorrendo, por qualquer hipótese, atraso no pagamento superior a trinta (30) dias, contados da data limite prevista, o valor na nota fiscal e/ou fatura será reajustado pelo índice INPC.

## **DAS SANÇÕES EM CASO DE INADIMPLEMENTO**

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA** – Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas neste Contrato, erros de execução, dos serviços o Contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao concessionário as seguintes penalidades:

I – Advertência;

II – Multa de até 30% sobre o valor total do Contrato;

III – Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Municipalidade pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme a autoridade fixar em função da natureza da falta cometida;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante o próprio Contratante;

## **RESCISÃO CONTRATUAL**

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA** – Constitui-se para rescisão contratual os artigos 138, artigo 139 da Lei Federal nº 14.133/21;

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA** – Na ocorrência de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial, provocada pela Contratada, este reconhece os direitos da Administração, conforme. art. 139, III, alíneas “a” à “d” e inciso IV da Lei 14.133/21.

## **DO FORO**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA** – Na hipótese de procedimentos judiciais, fica eleito o foro de Tramandaí/RS, com a renúncia a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

Imbé, ..... de ..... de 2.....

---



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



**ANEXO IV**

**D E C L A R A Ç ã O (Modelo)**

Edital de Pregão nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ – Município de Imbé

A empresa \_\_\_\_\_,

CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_,

declara, sob as penas da lei, que não está impedida de participar de licitações públicas e nem foi declarada inidônea para licitar, inexistindo até a presente data fatos impeditivos para sua habilitação no processo licitatório, PREGÃO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data,

---

***carimbo (ou nome legível) e assinatura do Representante Legal***